



Boletim de Legislação



EJEF - escola que forma e informa

Nº 607 – 02 de setembro de 2020

Abrangência: 22/08/2020 a 28/08/2020

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEF disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 10.470	DOU; 24/08/2020	Prorroga os prazos para celebrar acordos de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário e de suspensão temporária de contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais de que trata a Lei nº 14.020, de 6.7.2020.	Dec. 10.470 (Site da Presidência da República)
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 108	DOU; 27/08/2020	Altera a Constituição Federal para estabelecer critérios de distribuição da cota municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), para disciplinar a disponibilização de dados contábeis pelos entes federados, para tratar do planejamento na ordem social e para dispor sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dá outras providências.	Em. Const. 108 (Site da Presidência da República)

<p>LEI Nº 14.006</p>	<p>DOU; 27/08/2020</p>	<p>Promulga partes vetadas da Lei n. 14.006, que altera a Lei nº 13.979, de 6.2.2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019, para estabelecer o prazo de 72 (setenta e duas) horas para que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorize a importação e distribuição de quaisquer materiais, medicamentos, equipamentos e insumos da área de saúde registrados por autoridade sanitária estrangeira e autorizados à distribuição comercial em seus respectivos países; e dá outras providências.</p>	<p>Lei 14.006 (Site da Presidência da República)</p>
<p>LEI Nº 14.021</p>	<p>DOU; 27/08/2020</p>	<p>Promulga partes vetadas da Lei n. 14.021 de 7.7.2020, que dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19; e altera a Lei nº 8.080, de 19.9.1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública.</p>	<p>Lei 14.021 (Site da Presidência da República)</p>
<p>LEI Nº 14.046</p>	<p>DOU; 25/08/2020</p>	<p>Dispõe sobre o adiamento e o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e de cultura em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19.</p>	<p>Lei 14.046 (Site da Presidência da República)</p>
<p>LEI Nº 14.048</p>	<p>DOU; 25/08/2020</p>	<p>Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19; altera as Leis nos 13.340, de 28 de setembro de 2016, e 13.606, de 9 de janeiro de 2018; e dá outras providências (Lei Assis Carvalho).</p>	<p>Lei 14.039 (Site da Presidência da República)</p>

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 996	DOU; 26/08/2020	Institui o Programa Casa Verde e Amarela, com a finalidade de promover o direito à moradia a famílias residentes em áreas urbanas, com renda mensal de até R\$ 7.000,00 (sete mil reais), e a famílias residentes em áreas rurais, com renda anual de até R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), associado ao desenvolvimento econômico, à geração de trabalho e renda e à elevação dos padrões de habitabilidade e de qualidade de vida da população urbana e rural.	Med. Prov. 996 (Site da Presidência da República)
---------------------------------	--------------------	--	--

ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA CONJUNTA Nº 46	DOU; 24/08/2020	Prorroga os prazos previstos nos art. 1º e art. 2º da Portaria Conjunta nº 22, de 19 de junho de 2020, que dispõe sobre o atendimento dos segurados e beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia do Coronavírus (Covid-19) e disciplina o retorno gradual do atendimento presencial nas Agências da Previdência Social.	Port. Conj. 46 (Site da Imprensa Nacional)
PORTARIA CONJUNTA Nº 47	DOU; 24/08/2020	Disciplina a operacionalização, pelo Instituto Nacional do Seguro Social, da antecipação de um salário mínimo mensal ao requerente do auxílio por incapacidade temporária (auxílio-doença), de que tratam o art. 4º da Lei nº 13.982, de 2.4.2020, e o Decreto nº 10.413, de 2.7.2020.	Port. Conj. 47 (Site da Imprensa Nacional)
RESOLUÇÃO Nº 873	DOU; 25/08/2020	Suspende a eficácia do art. 14 da Resolução CODEFAT nº 467, de 21 de dezembro de 2005, que estabelece procedimentos relativos à concessão do seguro-desemprego, enquanto durar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 e de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	Res. 873 (Site da Imprensa Nacional)

RESOLUÇÃO Nº 4.845	DOU; 25/08/2020	Altera o limite global anual para contratação de operações de crédito com os órgãos e entidades do setor público em 2020, a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, por meio da alteração desse limite no Anexo à Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017.	Res. 4.845 (Site da Imprensa Nacional)
RESOLUÇÃO Nº 4.846	DOU; 25/08/2020	Dispõe sobre as operações de crédito para financiamento da folha salarial ou do pagamento de verbas trabalhistas no âmbito do Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese), instituído pela Lei nº 14.043, de 19.8.2020.	Res. 4.846 (Site da Imprensa Nacional)

ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO SAÚDE

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 2.282	DOU; 28/08/2020	Dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS.	Port. 2.282 (Site da Imprensa Nacional)

ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RECOMENDAÇÃO Nº 72	DJE/CNJ; 21/08/2020	Dispõe sobre a padronização dos relatórios apresentados pelo administrador judicial em processos de recuperação empresarial.	Recom. 72 (Site do CNJ)
RECOMENDAÇÃO Nº 73	DJE/CNJ; 21/08/2020	Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário brasileiro a adoção de medidas preparatórias e ações iniciais para adequação às disposições contidas na Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.	Recom. 73 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 330	DJE/CNJ; 27/08/2020	Regulamenta e estabelece critérios para a realização de audiências e outros atos processuais por videoconferência, em processos de apuração de atos infracionais e de execução de medidas socioeducativas, durante o estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Federal nº 06/2020, em razão da pandemia mundial por Covid-19.	Res. 330 (Site do CNJ)

RESOLUÇÃO Nº 331	DJE/CNJ; 25/08/2020	Institui a Base Nacional de Dados do Poder Judiciário - DataJud como fonte primária de dados do Sistema de Estatística do Poder Judiciário - SIESPJ para os tribunais indicados nos incisos II a VII do art. 92 da Constituição Federal.	Res. 331 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 332	DJE/CNJ; 25/08/2020	Dispõe sobre a ética, a transparência e a governança na produção e no uso de Inteligência Artificial no Poder Judiciário e dá outras providências.	Res. 332 (Site do CNJ)

ATOS NORMATIVOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 19	DJE/STJ; 28/08/2020	Estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (covid-19).	Res. 19 (Site do STJ)

LEGISLAÇÃO MINEIRA

Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DELIBERAÇÃO DO COMITÊ EXTRAORDINÁRIO COVID-19 Nº 80	Minas Gerais; 27/08/2020	Altera o Anexo da Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 45, de 13 de maio de 2020, que aprova a reclassificação das fases de abertura das macrorregiões de saúde previstas no Plano Minas Consciente e dá outras providências	Delib. 80 (Site da ALMG)
DELIBERAÇÃO DO COMITÊ EXTRAORDINÁRIO COVID-19 Nº 81	Minas Gerais; 27/08/2020	Revoga a Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 78, de 12 de agosto de 2020, que fixa prazo para avaliação sobre a edição de normas para as microrregiões do Plano Minas Consciente onde houver hospital privado equipado com leitos em unidades de terapia intensiva e que atenda exclusivamente a rede suplementar de saúde.	Delib. 81 (Site da ALMG)

ATOS NORMATIVOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
-------------	-----------------------	---------------	--------------------------

DELIBERAÇÃO Nº 2.751	Diário Administrativo ALMG 28/08/2020	Estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (covid-19).	Delib. 2.751 (Site da ALMG)
-----------------------------	---	---	--

ATOS NORMATIVOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 15	Minas Gerais; 28/08/2020	Dispõe sobre o fluxo de encaminhamento de adolescentes do sexo masculino para as unidades de internação provisória de Belo Horizonte.	Port. 15 (Site da Casa Civil do Governo de Minas)

LEGISLAÇÃO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 17.421	DOM; 27/08/2020	Altera o Decreto nº 17.298, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento, no âmbito do Poder Executivo, da epidemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavírus.	Dec. 17.421 (Site do PBH)

ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO Nº 46	DJE; 28/08/2020	Avisa sobre a suspensão do prazo de validade do Concurso Público para a Primeira Instância do TJMG (Edital nº. 1/2017), desde a publicação do Decreto estadual nº 47.891 até o fim do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19	Aviso 46 (Site do TJMG)
AVISO CONJUNTO Nº 26	DJE; 25/08/2020	Avisa sobre a necessidade de distribuição equânime, no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, de processos virtualizados entre as varas de mesma competência dentro da mesma comarca.	Aviso Conj. 26 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.953	DJE; 25/08/2020	Constitui Grupo de Trabalho para promover estudos e apresentar proposta de cronograma para uma segunda fase de implantação de salas destinadas à realização dos depoimentos especiais de que tratam a Lei federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017, e a Portaria Conjunta da Presidência nº 823, de 15 de março de 2019, e revoga a Portaria da Presidência nº 4.679, de 10 de janeiro de 2020	Port. 4.953 (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 4.954	DJE; 26/08/2020	Revoga o inciso X do art. 1º da Portaria da Presidência nº 3.320, de 25 de abril de 2016, que "autoriza a participação de servidores no Projeto Experimental de Teletrabalho de que trata a Portaria Conjunta da Presidência nº 493, de 25 de abril de 2016".	Port. 4.954 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.955	DJE; 26/08/2020	Acrescenta os incisos CCCIX, CCCX e CCCXI ao art. 1º da Portaria da Presidência nº 3.320, de 25 de abril de 2016, que "autoriza a participação de servidores no Projeto Experimental de Teletrabalho de que trata a Portaria Conjunta da Presidência nº 493, de 25 de abril de 2016".	Port. 4.955 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.956	DJE; 26/08/2020	Dispõe sobre recomposição de Turmas Recursais dos Grupos Jurisdicionais do Estado de Minas Gerais.	Port. 4.956 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.957	DJE; 27/08/2020	Dispõe sobre a implantação do Sistema "FROTA", integrado ao Sistema Eletrônico de Informações - SEI, como meio oficial de gestão e requisição de veículos para transporte de servidores e colaboradores das unidades administrativas do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG e da Comarca de Belo Horizonte e dá outras providências.	Port. 4.957 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.958	DJE; 28/08/2020	Dispensa juiz leigo de suas funções em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais.	Port. 4.948 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.042	DJE; 26/08/2020	Constitui Grupo de Trabalho para realizar estudos visando ao aprimoramento da Central de Recepção de Flagrantes, na Comarca de Belo Horizonte.	Port. Conj. 1.042 (Site do TJMG)

ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO Nº 51	DJE; 26/08/2020	Avisa sobre a atual sistemática de acompanhamento das interceptações telefônicas e telemáticas, instituída pelo Conselho Nacional de Justiça, sobretudo quanto à necessidade de correta utilização, pelas unidades judiciárias das Comarcas do Estado de Minas Gerais, dos assuntos e das movimentações processuais correspondentes.	Aviso 51 (Site do TJMG)

AVISO Nº 53	DJE; 28/08/2020	Avisa sobre a substituição do Sistema BACENJUD pelo novo Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário - SISBAJUD, a partir do dia 8 de setembro de 2020.	Aviso 53 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.548 (EXTRATO)	DJE; 26/08/2020	Instaura Sindicância Administrativa.	Port. 6.548 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.549	DJE; 26/08/2020	Revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 6.484, de 7 de julho de 2020, que designa juiz de direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de João Pinheiro.	Port. 6.549 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.550	DJE; 26/08/2020	Revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 6.311, de 13 de janeiro de 2020, que designa juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de João Pinheiro.	Port. 6.550 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.551	DJE; 27/08/2020	Reconduz juíza de direito para o exercício das funções de Diretora do Foro da Comarca de Mateus Leme.	Port. 6.551 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.552	DJE; 27/08/2020	Altera dispositivos da Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 5.347, de 26 de março de 2018, que "regulamenta o cadastramento dos usuários internos no Sistema "Processo Judicial Eletrônico - PJe", na Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais, e torna sem efeito o Aviso da Corregedoria-Geral de Justiça nº 37, de 20 de outubro de 2016, os Ofícios Circulares da Corregedoria-Geral de Justiça nº 94, de 15 de junho de 2015, e nº 2, de 11 de janeiro de 2016, e a Recomendação da Corregedoria-Geral de Justiça nº 5, de 24 de fevereiro de 2011".	Port. 6.552 (Site do TJMG)

Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca

Sugestões ou críticas: E-mail: cobib@tjmg.jus.br

Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br. O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.